

BOLSA FAMÍLIA EM BLUMENAU: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NA VISÃO DOS BENEFICIADOS

BOLSA FAMILIA IN BLUMENAU: AN EVALUATION OF THE PROGRAM FROM THE BENEFICIARIES' PERSPECTIVE

BOLSA FAMILIA EN BLUMENAU: UNA EVALUACIÓN DEL PROGRAMA SEGÚN LA VISIÓN DE LOS BENEFICIADOS

Anelise Cristina MATHEUS¹

Carlos GOLEMBIEWSKI²

Micheline Ramos de OLIVEIRA³

RESUMO: Santa Catarina é considerado um estado rico e, segundo dados do Índice de Desenvolvimento Humano, aparece entre os estados mais bem desenvolvidos do país. Este trabalho de pesquisa revela a realidade que está por trás dos números, em que se avalia como vive a população em estado de extrema pobreza e que se utiliza de recursos sociais, como o Bolsa Família, para sobreviver. Nesta avaliação, procura-se entender a percepção dos beneficiários do BF na cidade de Blumenau. Como referencial teórico, discute-se a Desigualdade Brasileira e fez-se um balanço do Bolsa Família em Blumenau. A metodologia usada foi a Entrevista em Profundidade. Entre as conclusões da pesquisa está a melhoria da qualidade de vida dos entrevistados, embora todos reconheçam que o valor pago está muito abaixo das necessidades de uma família.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsa Família; Políticas Públicas; Inclusão Social; Blumenau.

ABSTRACT: Santa Catarina is considered a wealthy state and, according to the Human Development Index, is one of the most developed states of the country. This research reveals the reality that lies behind the numbers, evaluating how the population lives in extreme poverty and uses social resources, such as the Bolsa Família welfare subsidy, to survive. This evaluation seeks to understand the views of the beneficiaries of the BF in the city of Blumenau. Brazilian Inequality is discussed as a theoretical reference, and an evaluation is made of the Bolsa Família in Blumenau. The methodology used was in-depth interviews. The survey showed that the has improved the interviewees' quality of life, though it is generally recognized that the amount paid out is well below what is required to meet a family's needs.

Licença CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



- 1 Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pelo Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus - IELUSC. | E-mail: lismatheus@yahoo.com.br.
- 2 Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS. Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Professor Universitário. | E-mail: carlosinterligado@yahoo.com.br.
- 3 Doutora e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Professora Universitária. | E-mail: micheantr@hotmail.com.



KEYWORDS: Family Government Support; Public Policy; Social Inclusion; Blumenau.

RESUMEN: Santa Catarina es considerado un estado rico y, según datos del Índice de Desarrollo Humano, aparece entre los estados más desarrollados del país. Este trabajo de búsqueda revela la realidad que está por detrás de los números, donde se evalúa cómo vive la población en estado de extrema pobreza y que utiliza recursos sociales, como el Bolsa Familia, para sobrevivir. En esta evaluación, se busca entender la percepción de los beneficiados del BF en la ciudad de Blumenau. Como referencial teórico, se discute la Desigualdad Brasileña y hace un balance del Bolsa Familia en Blumenau. La metodología usada fue la Entrevista en Profundidad. Entre las conclusiones de la investigación está la mejoría de la calidad de vida de los entrevistados, aunque todos reconozcan que el valor pago está muy abajo de las necesidades de una familia.

PALABRAS-CLAVE: Bolsa Familia; Políticas Públicas; Inclusión Social; Blumenau.

INTRODUÇÃO

A pobreza constitui-se em um dos maiores problemas a ser enfrentado dentro da sociedade brasileira. É o resultado de uma combinação de fatores socioeconômicos e políticos diversos, sendo, portanto, a característica mais marcante desta nação. O Brasil é um país que vem obtendo crescimento expressivo no que se refere às Políticas Públicas de transferência direta de renda para a população carente.

Esses programas de transferência de renda têm por objetivo a redução das desigualdades de oportunidades. Neste estudo apresenta-se o programa Bolsa Família (BF), que traz a ideia de aliviar de imediato os constrangimentos financeiros, alimentares e de saúde da população e, a médio prazo, criar uma geração capaz de gerar sua renda pela inserção no mercado de trabalho, por meio de condicionalidades requeridas aos beneficiários.

As condicionalidades são regras apresentadas às famílias beneficiárias. Estas regras necessitam de seguimento rígido e contínuo, em que a família deverá cumpri-las para continuar recebendo mensalmente o benefício. Todos são avaliados de forma mensal, sendo verificadas: a presença escolar das crianças, a vacinação, a pesagem e a alimentação. As condicionalidades são avaliadas principalmente na infância e na adolescência, quando se observam riscos maiores de desnutrição. O adulto apenas fica condicionado a buscar recolocação no mercado de trabalho enquanto participa do programa.

Segundo dados do IPEA, em 2010, no Brasil, 12,8 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza nestes 15 anos de criação do Programa Bolsa Família (IPEA, 2010). E, de acordo com dados IBGE, Santa Catarina, em 2010, possuía 1,7% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza e utilizando-se com menor frequência dos programas de transferência de renda.

Em 2010, o SEBRAE fez um estudo que revelou muitas cidades catarinenses com suas famílias vivendo em condições mínimas, passando fome, sem habitação, com problemas de saúde, desemprego, entre outros problemas de desigualdade e exclusão social. A cidade de Blumenau aparece neste ranking, com 21,8% de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. O número é representativo e valoriza a importância deste artigo, que procurou entender melhor como vivem e o que pensam as pessoas que recebem o benefício do Programa Bolsa Família.

Para isso, verificou-se a condição de vida de cinco famílias, moradoras da cidade de Blumenau, que recebem o benefício do programa BF há pelo menos 12 meses. A escolha do público-alvo se deu



devido à formação familiar, pois se buscou saber em profundidade como vivem estes beneficiários cuja a família tem mais de dois integrantes, além de idosos que vivem sozinhos.

Foi observado o funcionamento do programa, quanto ao cumprimento de condicionalidades, assim como a percepção das famílias que o cumprem. Se elas estão mantendo as crianças na escola, cuidando da saúde familiar e da alimentação de forma efetiva.

O estudo foi feito com a aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas semiabertas. Foram realizadas visitas nas casas das cinco famílias beneficiárias indicadas pelo CRAS. Através da aplicação de questionário e gravação de voz, foram coletados dados que proporcionaram respostas quanto à efetividade do BF. A pergunta de pesquisa ficou assim: como o programa Bolsa Família é avaliado pelos seus beneficiários na cidade de Blumenau?

O conceito de combate à pobreza desenvolvido por Grynspan (2010) trouxe a este estudo como se dá, na prática no Brasil, a utilização do programa BF, que trabalha a transferência de renda em busca de inclusão social. Já Garcia (2003) contribuiu com a visão do processo de transformação social no Brasil, que, ao longo da história, possui a exclusão social enraizada em seu nome. Essa situação começou com o processo do tráfico de escravos no descobrimento até os dias atuais.

Langoni (2005) complementa o raciocínio de Garcia (2003), refletindo sobre a condição de emprego e renda no Brasil, o qual possui a mesma divisão desde o descobrimento. Esta divisão histórica se dá da seguinte forma: a maior parte da riqueza permanece na mão de poucos, os mais ricos. E a menor parte da riqueza se divide para a maior parte dos brasileiros, sendo essa divisão totalmente desigual, mas culturalmente trabalhada desde o início da colonização portuguesa.

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome revelam que o estado de Santa Catarina, mesmo com pequena população, se comparada aos outros estados, registra números relevantes sobre a população que está utilizando o programa Bolsa Família. Em 2014, por exemplo, foram atendidas 132 mil famílias no estado inteiro, sendo que o valor total repassado a essas famílias foi de R\$162.741.602,00.

A proposta metodológica teve como base a pesquisa qualitativa para uma avaliação de cunho exploratório, que, de acordo com Godoy (1995), expõe aspectos sociais e culturais ricos que proporcionam o entendimento de um fenômeno. A metodologia usada foi a Entrevista em Profundidade. O contato com os entrevistados foi feito por meio de um questionário semiestruturado aplicado durante a visita às casas das cinco famílias beneficiárias, o que permitiu um envolvimento maior com a realidade destas famílias. A entrevistadora fez o questionamento e deixou que a interpretação das perguntas e as respostas fossem dadas pelo(a) representante da família, sem interrupção. Com este formato, buscaram-se respostas mais abertas, pautadas na experiência do sujeito entrevistado. A estruturação das perguntas teve que ser adaptada para forma que se comunicam as famílias. E, após as coletas, todas as entrevistas foram descritas, como em um diário vivencial.

Então, por meios deste diário, iniciou-se uma avaliação profunda sobre as descrições desta experiência, sobre as identificações visuais, o relato social do entrevistado somado aos estudos de alguns autores. Tudo foi descrito de forma a relatar a visão dos beneficiados do Programa Bolsa Família da cidade de Blumenau-SC. Esta visão contribuiu para que pudéssemos perceber como é de fato a vida dos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Blumenau, em Santa Catarina.



O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM BLUMENAU

Os primeiros imigrantes que chegaram a Blumenau são fruto da ausência de desenvolvimento em determinadas localidades da Alemanha, iniciando uma busca por outro local com condições melhores de vida. O perfil do imigrante era de camponeses, provenientes de minifúndios, cujas propriedades não poderiam mais ser divididas. Eram também artesãos, que não encontravam mais ocupação em seu mercado e optavam por uma nova tentativa em outro país, abandonando seu país de origem.

A partir de 1850, chegou a Blumenau uma segunda leva de imigrantes, que já possuíam pequenas indústrias na Alemanha. Porém, arruinados com a concorrência das grandes indústrias europeias, decidiram fazer uma nova tentativa no Brasil. Mamigonian (1965) faz uma consideração importante e levanta que, neste momento da colonização da cidade de Blumenau, o Brasil ainda perpetuava como um governo escravista, cujos engenhos e latifúndios ainda geravam sua economia com trabalho escravo:

Em 1850, quando começou o povoamento da “Colônia de Blumenau”, os trabalhadores do Brasil tropical eram ainda escravos, com uma produtividade e uma capacidade de consumo muito fracas. A colonização alemã do século XIX aportou uma nova concepção de trabalho: cada agricultor é proprietário de 25 hectares e não pode contar senão com o seu próprio trabalho e o de sua família (MAMIGONIAN, 1965, p. 69).

Além destes, também houve migração de proletários que ficaram desempregados por crises econômicas. Perdiam seus empregos e iniciavam um período difícil, cuja família tinha que tomar uma decisão. Como na época o Brasil buscava em países europeus famílias para virem colonizar suas terras, essa era uma boa oportunidade para famílias desempregadas virem fazer seus latifúndios.

Singer (1977) aponta que, em 1869, a população de Blumenau chegava a cerca de seis mil pessoas, o que começou a criar um mercado interno de consumo e a ampliação da divisão social do trabalho. Ao longo dos anos, Blumenau se tornaria uma importante área de povoamento e de manufatura de Santa Catarina. Hoje, com cerca de 354.000 habitantes (IBGE, 2014), é a terceira cidade mais povoada do Estado, atrás somente de Joinville, com 554.601 habitantes; e Florianópolis, com 461.524 habitantes, e ainda é uma das principais economias do Estado em termos de atividade econômica, tendo um PIB de aproximadamente R\$ 10 bilhões de reais, um dos maiores do estado catarinense. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,806, considerado muito alto pelo PNUD, inclusive um dos mais altos do Brasil.

Para aquecer a economia, conta com grandes indústrias têxteis, sendo a Cia. Hering a mais antiga, que até hoje desempenha um papel-chave em desenvolvimento econômico e social da região. Fundada por Hermann Hering em 1880, ainda é considerada uma das maiores empresas têxteis do país. Mamigonian (1965) conta um pouco de sua história, fazendo menção ao seu intelecto:

Possuía até 1878 uma casa comercial atacadista e varejista “Gebrüder Hering”, em Hartha, na Saxônia. Seu pai possuía uma tecelagem e todos os seus ascendentes, desde o século XVIII pelo menos, eram tecelões: ele mesmo havia passado num exame de mestre em fabricação de meias. Mas a crise vienense de 1875 afetou profundamente os pequenos e médios comerciantes e a “Gebrüder Hering” foi bastante atingida. Convencido por um alemão de Blumenau que passava por Hartha, ele partiu para Blumenau (1878) dando origem à maior malharia do Brasil (MAMIGONIAN, 1965, p. 70).



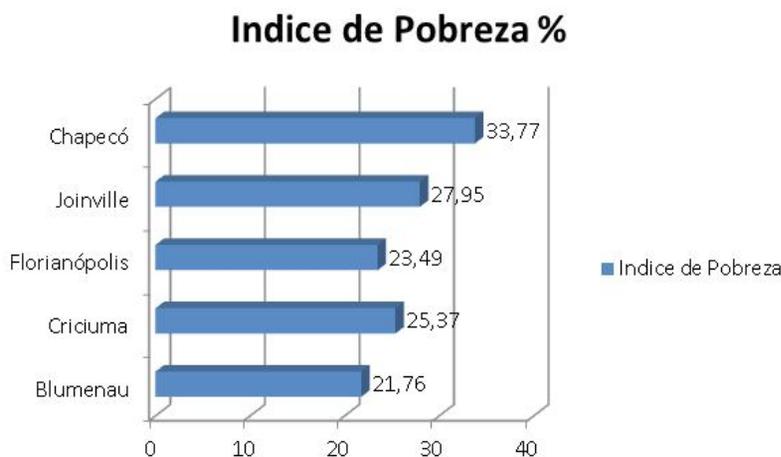
Mamigonian (1965) traz uma fala importante, relatando que este imigrante já veio trazendo algumas riquezas, como seu intelecto em processos industriais, então apontando: “a riqueza artesanal das regiões de colonização europeia em oposição à pobreza no povoamento escravocrata predominante no Brasil”. É importante citar que Benko (1999) coloca essa questão econômica como diferencial para separar países desenvolvidos de países subdesenvolvidos:

O problema regional relaciona-se inicialmente com a noção de disparidades econômicas (estrutura econômica, rendimento, nível de vida, produção etc.) entre as diferentes regiões de um mesmo espaço nacional, tendo-se alargado mais tarde ao nível mundial, refletindo a dualidade entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos (BENKO, 1999, p.13).

Conforme dados levantados pelo IBGE e pela Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, em 2006, o PIB catarinense atingiu o montante de R\$ 93,2 bilhões, assegurando ao Estado a manutenção da 7^a posição no *ranking* nacional. No mesmo ano, Blumenau apareceu na 4^a posição do *ranking* estadual, respondendo por 6,5% da composição do PIB catarinense, lembrando que em 2010 seu PIB foi de R\$10 bilhões de reais, o que faz a cidade permanecer como uma das primeiras no *ranking* do estado. Ao longo do período 2002-2006, entretanto, o município apresentou um crescimento acumulado de 60,2%, contra um aumento estadual de 67,2% (SEBRAE, 2010).

Comum a todas as cidades brasileiras, a disparidade de renda faz com que em todas as economias haja traços de pobreza, e não é diferente na cidade de Blumenau. Em 2010, ela apresentava um índice de 21,76% de pobreza, contra 23,49% em Florianópolis e 27,95% em Joinville. Conforme o gráfico da Figura 4, o índice de pobreza da cidade de Blumenau é o menor, se comparado às cidades de maior PIB do estado em 2010 (IBGE, 2010).

FIGURA 1: ÍNDICE DE POBREZA NOS MUNICÍPIOS CATARINENSES DE MAIOR PIB



Fonte: IBGE, 2010.



A cidade de Blumenau procura trabalhar com habilidade os programas sociais. Segundo informações da prefeitura municipal da cidade, o objetivo é criar uma condição de vida com o mínimo de qualidade para que a sociedade possa evoluir com bem-estar. Em 2014, o Programa Bolsa Família destinou para a cidade de Blumenau o montante de R\$ 257.060.956,97 (duzentos e cinquenta sete milhões de reais). O perfil das famílias cadastradas é um pouco diferente se comparado a outras regiões do país, sendo que a grande parte da população beneficiária tem casa própria ou consegue pagar um aluguel e tem menor número de crianças por família.

Em 2008, eram 10.557 beneficiários do Bolsa Família, recebendo uma média de R\$85,88 por mês, já em 2012 o número de beneficiados subiu para 13.202 pessoas na cidade de Blumenau, recebendo em média R\$144,78 por mês. Em 2014, foram 12.445 moradores, recebendo o benefício, em que a média alcançou R\$196,25.

Conforme do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2015, o BF beneficiou no mês de junho 3.111 famílias cadastradas em Blumenau, representando uma cobertura de 77,4 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias cadastradas hoje recebem benefícios com valor médio de R\$ 150,00 - sendo que o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 549.882,00 no mês. O valor per capita por beneficiário é de R\$77,00, já para as gestantes e crianças de 0 a 15 anos o valor é de R\$35,00 por pessoa.

O levantamento e o acompanhamento realizados das condicionalidades (requisitos para receber o Bolsa Família) mostraram que a frequência escolar atingiu o percentual de 97,5% para crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos, um dos maiores dos últimos anos no município. Esse número equivale ao acompanhamento de 3.690 alunos, em que 3.784 são beneficiários. Para jovens entre 16 e 17 anos atingiu-se o percentual de 73,3%, resultando em 419 jovens acompanhados, de um total de 572.

Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no que se refere à saúde das famílias, em dezembro de 2014, o índice atingiu 49,9 % - percentual equivalente a 1.124 famílias de um total de 2.251 que compunham o público no perfil para acompanhamento na área de saúde do município. Os números apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mostram que, além do cumprimento das condicionalidades, os beneficiários estão também buscando uma melhora integral na sua condição de vida, empregando-se e cuidando de assuntos como habitação e saúde. Os dados comprovam e caminham em conjunto com os programas implantados pelo município para trazer mais qualidade de vida aos seus moradores.

PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

Apresentam-se neste item o perfil e a qualificação das cinco famílias entrevistadas cadastradas no Programa BF da cidade de Blumenau. As entrevistas foram realizadas com as chefes da família, ou seja, as mães. As cinco mulheres entrevistadas representam quatro gerações diferentes. Pode-se verificar que o perfil é composto por mulheres jovens.



QUADRO 1: PERFIL DAS ENTREVISTADAS.

Entrevistado (a)	Gênero	Idade	Formação Familiar	Informações de formação familiar
Entrevistada 1	Feminino	58	Mãe; Pai; 3 irmãos.	Mãe separada do pai. Criou os filhos sozinha.
Entrevistada 2	Feminino	23	Mãe; Pai; 1 irmão.	Mãe presente. Pai ausente, nunca participou do ambiente familiar (alcólatra).
Entrevistada 3	Feminino	40	Mãe; Pai; 4 irmãos.	Mãe e pai presentes.
Entrevistada 4	Feminino	23	Mãe; 1 irmã.	Mãe criou as filhas. Pai ausente, nunca participou do ambiente familiar (alcólatra).
Entrevistada 5	Feminino	33	Mãe; Pai; 1 irmão.	Mãe presente, criou os dois filhos. Pai ausente, nunca participou do ambiente familiar (alcólatra).

Fonte: Pesquisa do autor, 2016.

Na segunda, quarta e quinta linhas do quadro (última coluna), faltou um “o” nas palavras alcólatra. De todas as entrevistadas, apenas uma é natural da cidade de Blumenau. Duas são de estados vizinhos à Santa Catarina, uma de Gaspar, cidade limítrofe de Blumenau e outra é de uma cidade do Peru, país da América Latina. Como se observa, 80% das pessoas são de fora de Blumenau, cidade que paga o benefício.

- Entrevistada 1 – Pinhal – RS
- Entrevistada 2 – Guarapuava – PR
- Entrevistada 3 – Concepción – Junin – Peru;
- Entrevistada 4 – Gaspar – SC
- Entrevistada 5 – Blumenau – SC



QUANTO AO PERFIL FAMILIAR DAS ENTREVISTADAS, SEGUE NO QUADRO 2 A SITUAÇÃO DE CADA UMA DELAS:

Entrevistado (a)	Filhos (a)	Gênero/Idade dos Filhos (a)	Cônjuge	Idade do Cônjuge	Outros dependentes
Entrevistada 1	2 filhos	Filha de 23 anos - Filho de 32 anos	Não possui	Não possui	Não possui
Entrevistada 2	1 filho	Filho de 6 anos	Não possui	Não possui	Mãe de 63 anos Irmão de 30 anos
Entrevistada 3	2 filhos	Filha de 4 anos - Filho de 21 anos	Homem	40 anos	Cunhada de 43 anos - Sobrinha de 6 anos
Entrevistada 4	Não possui	Não possui	Homem	33 anos	Mãe de 66 anos
Entrevistada 5	3 filhos	Filhas de 8 e 12 anos - Filho de 8 anos	Não possui	Não possui	Não possui

Fonte: Pesquisa do autor, 2016.

A partir dos dados apresentados anteriormente, observa-se que duas entrevistadas, do total de cinco, possuem maridos, as outras três são divorciadas de seus cônjuges. As três entrevistadas que estão divorciadas nunca foram casadas de forma civil. Na entrevista, elas disseram que viveram algum tempo em união estável com seus cônjuges, porém decidiram pela separação. Apenas a entrevistada 4 não possui filhos até o momento. Mas esta situação ocorre devido a um acidente sofrido pelo seu marido, fato que será descrito à frente. As outras quatro entrevistadas possuem filhos, que vivem e são cuidados pela própria mãe.

Quanto ao grau de instrução das entrevistadas, descobriu-se um caso bem peculiar entre as mesmas, sendo descrito a seguir na Quadro 3. Em sua maioria possuem um baixo nível de escolaridade, entre quarta e quinta séries do nível fundamental.



QUADRO 3: NÍVEL DE INSTUTUIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevistado (a)	Nascimento	Grau de Instrução	Informação
Entrevistada 1	1958	Fundamental Incompleto	Parou de estudar na quarta série do nível fundamental
Entrevistada 2	1993	Fundamental Incompleto	Parou de estudar na quarta série do nível fundamental
Entrevistada 3	1976	Superior completo	Formada em Técnico de Enfermagem e Pedagogia.
Entrevistada 4	1993	Segundo grau incompleto	Parou de estudar no primeiro ano do Segundo grau
Entrevistada 5	1983	Fundamental Incompleto	Parou de estudar na quinta série do nível fundamental

Fonte: Pesquisa do autor, 2016.

Na Quadro 1, pode-se verificar que três das cinco entrevistadas possuem idade entre 20 e 30 anos. Nasceram numa época em que estudar era obrigatório dos 7 aos 14 anos, mesmo assim, tal obrigação não pôde ser cumprida. O curioso é que na idade escolar das entrevistadas, que hoje têm 20 anos, já existia o bolsa-escola, outra política pública do Governo Federal, que dava apoio para quem queria estudar. A entrevistada 2 (24 anos) explicou por que não conseguiu estudar:

A gente era pobre, não tinha como estudar, eu larguei a escola para ir trabalhar, somos apenas eu, meu irmão e minha mãe, mas como não tínhamos casa própria e dependíamos do aluguel... a gente era obrigado a ajudar nas contas. Meu maior sonho era voltar a estudar, fazer o Mobral e terminar o segundo-grau (Entrevistada 2).

Nesse desabafo, a entrevistada número 2 passou toda a sua aflição e os obstáculos que enfrenta até hoje para conseguir um emprego. Ela revelou que só a chamam para limpeza doméstica e para cozinhar.

É difícil porque quando tem uma vaga, a gente concorre com gente que terminou os estudos, e também só chamam pra vaga que tem que fazer limpeza, aí desanima. O salário geralmente é pequeno (Entrevistada 2).

A entrevistada 3 é formada em dois cursos: um técnico e outro de nível superior, porém os cursos não foram reconhecidos no Brasil. Como é natural do Peru, os cursos devem ser revalidados por instituições brasileiras. Somente depois disso, ela estará apta a trabalhar no Brasil. A entrevistada 3 sente-se frustrada com tudo isso:

Tentei apresentar meu diploma aqui no Brasil para trabalhar na Casa São Simeão (Hospital de cuidadores de Idosos), mas disseram que eu tenho que traduzir ele. Eu fui atrás para fazer a tradução e me disseram que custa R\$400,00 – quatrocentos reais. Eu não tenho esse dinheiro pra fazer a tradução, eu não tenho nem identidade temporária ainda (Entrevistada 3).

Outro caso peculiar também foi a Entrevistada 1, que veio da cidade de Pinhal – Rio Grande do Sul, para abrir um comércio na cidade de Blumenau. E, de fato, abriu uma lanchonete no ano de 2008, quando chegou à cidade. Cuidou do negócio até 2011, quando adoeceu e precisou vendê-lo.

Eu vim para Blumenau, arrendei uma lanchonete no bairro Garcia e comecei a trabalhar. Tudo ia bem até que me deu um problema na coluna e precisei de dinheiro para fazer uma cirurgia. Tive que gastar todo o meu dinheiro para fazer a cirurgia, e coloquei dois pinos na minha coluna. Fiquei três meses de cama. Neste tempo, a lanchonete desandou porque ninguém cuidava bem, perdi tudo e fiquei devendo. Tive que vender a lanchonete bem barato pra pagar as dívidas. Desde então não consegui mais emprego. Nunca terminei de estudar e agora as agências de emprego me dizem que precisa do meu diploma para cadastrar. Eu não tenho então fica difícil (Entrevistada 1).

Sobre a orientação familiar, as entrevistadas passaram a informação que trabalhar é algo muito importante para sobrevivência. Essa é a orientação que trazem de casa, somado ao fato de que o trabalho forma um ser humano honesto. Entretanto, nenhuma das entrevistadas associou a conclusão dos estudos como um desejo da família, nem com a ideia de ter um futuro melhor. A maioria das entrevistadas foi bem enfática quanto à necessidade de ganhar dinheiro para se sustentar, mas não consideraram importante o fato de que, para ter um futuro profissional melhor, precisariam completar os estudos.

O BOLSA FAMÍLIA NA VISÃO DOS BENEFICIADOS

Apresentado o perfil das beneficiárias, passa-se a avaliar qual a visão que elas têm do programa e como funciona sua participação na cidade de Blumenau-SC. A aplicação do questionário no formato acadêmico teve que ser adaptado à forma de linguagem reconhecida pelas beneficiárias. A cada pergunta, havia falta de resposta e dúvida do entrevistado(a). Devido a este fato, adaptou-se o questionário para uma conversa coloquial, mais próxima dos beneficiários, o que facilitou muito e abriu espaço para que falassem abertamente sobre si e sobre a participação no Programa Bolsa Família.

TABELA 1: BENEFÍCIOS DAS ENTREVISTADAS

Entrevistada (o)	Valor que recebe BF	Cartão alimentação	TOTAL	Outros
Entrevistada 1	R\$ 150,00	R\$ 75,00	R\$ 225,00	
Entrevistada 2	R\$ 155,00	R\$ 75,00	R\$ 230,00	
Entrevistada 3	R\$ 150,00	R\$ 75,00	R\$ 225,00	
Entrevistada 4	R\$ 150,00	R\$ 75,00	R\$ 225,00	Auxílio por doença R\$840,00
Entrevistada 5	R\$ 150,00	R\$ 75,00	R\$ 225,00	

Fonte: Pesquisa do autor, 2016.

Verifica-se que o recebimento do valor mensal é só o que importa. Elas não conseguem distinguir



que o BF é um benefício. Fica claro para elas que têm o direito a receber um valor do governo quando estão desempregadas, e que este valor possui regras para o recebimento, mas não se consegue ir além disto, nem obter uma visão clara sobre o que representa o BF na vida delas.

A falta de preocupação apareceu também com o questionamento: de onde vem esse valor e para que ele deve ser utilizado? Por causa das respostas, nota-se o quanto as beneficiárias não percebem que o programa é importante em suas vidas. Esta afirmação está baseada nos seguintes depoimentos:

Eu ganho só R\$150,00, e a gente tem que fazer milagre com esse valor. Tem remédios que eu tenho que comprar por causa da minha depressão, que já dura 10 meses, e eu nem consigo. Os meus remédios custam R\$200,00, que eu tenho que pedir pro meu filho e pra minha filha o dinheiro. A gente mora de favor aqui e se tivesse que pagar aluguel nem dava. Por isso o valor não tem representatividade pra gente. Só ajuda no básico (Entrevistada 1).

O valor que a gente recebe não é representativo e é muito baixo e não dá pra pagar as contas. Eu pago as contas com trabalho que faço que é patchwork e salgadinhos de todos os tipos. Eu tenho todo mês pra pagar a divisão do aluguel, a água e a luz, comida, e o passe cada vez que tem que ir ao centro (Entrevistada 2).

Só eu estou cadastrada por enquanto, então tenho dois filhos, meu marido minha cunhada e minha sobrinha estão vivendo só com a minha renda. O valor é tão baixo que nem dá pra gente comer. Ainda bem que recebo o cartão alimentação, senão nem ia comer. Quando a gente decidiu vir pro Brasil, pensava que aqui os programas proporcionavam uma vida decente para as pessoas. Mas a gente fez errado vindo e descobrindo só aqui que os programas brasileiros são uma vergonha (Entrevistada 3).

Meu marido é paraplégico e está com as mãos e os pés atrofiando, o médico disse que precisamos pagar para fazer a fisioterapia, porque não dá para esperar na fila do SUS, então fiquei desesperada porque é caro demais, e como vou fazer pra pagar a fisioterapia? Nem parcelando dá! Eu acho que não representa nada na minha vida, precisava que fosse maior para que a gente pudesse pagar os médicos certos. As vezes tenho que levar ele pra Florianópolis pra consultar, imagina que só me dão R\$8,00 pra almoçar...não tem como comer nada nesse valor, e ficamos lá o dia inteiro por causa da consulta dele (Entrevistada 4).

As três crianças gastam bastante. É iogurte e bolacha que tem que ficar comprando o tempo todo, porque a gente quer dar coisa boa pros filhos da gente, sabe? E se a gente recebesse um pouco mais para as crianças, ia ser melhor porque poderia sair pra dar uma volta! A minha mais velha, de 12, quer um celular agora, e eu não consigo comprar. Mas estou guardando dinheiro pra dar de Natal. Porque todas as outras crianças que estudam com ela tem, e ela já está me perturbando há tempos por causa disso, então eu vou dar! Se dependesse do valor que eu recebo não conseguiria comprar o celular dela (Entrevistada 5).

Ao analisar as respostas, percebe-se que as entrevistadas se sentem consumidoras, ainda que seu perfil social de necessidade não esteja suprido, elas se interessam mais por satisfazer seus desejos do que as necessidades. Karsaklian (2004, p.110) afirma que ser consumidor é “Ser humano. Ser consumidor é alimentar-se, vestir-se, divertir-se. É viver”. As entrevistadas vão ao encontro do



que diz a autora. Querem consumir a qualquer preço, sem pensar em melhorar sua condição de vida e nem para que serve o dinheiro dispendido pelo programa. Já quando questionadas sobre o tempo de cadastro no Programa Bolsa Família, o entendimento foi mais claro e as respostas fluíram naturalmente durante a conversa.

Estou cadastrada no Bolsa Família há cinco anos. Desde que fechei minha lanchonete (Entrevistada 1).

Sou cadastrada desde 2008, faz quase 10 anos (Entrevistada 2).

Sou cadastrada no programa há dois anos, mas fazem dois meses que comecei a receber (Entrevistada 3).

Sou cadastrada desde 2011, quando meu marido sofreu acidente e ficou inválido, porque precisei parar de trabalhar pra cuidar dele (Entrevistada 4).

Sou cadastrada no Bolsa Família desde que nasceu minha menina mais velha (12 anos). O pai dela me deixou, e eu não tinha como me virar sozinha, era nova, aí me cadastrei e já comecei a receber (Entrevistada 5).

As entrevistadas que participam do BF há algum tempo disseram que se desligam do programa quando começam a trabalhar, mas logo que perdem o emprego voltam a utilizá-lo. A única entrevistada que não falou com clareza foi a entrevistada 4. Ela diz não ter como trabalhar, pois precisa cuidar do marido que é paraplégico. Durante a visita de pesquisa, conheci o marido da entrevistada 4 e tive a oportunidade de conversar com ele. Descobri que ele também recebe uma ajuda de R\$ 840,00 do município, que é uma bolsa para auxiliar a sua paralisia. E, além da bolsa, ele sai para vender balas no sinaleiro e nas ruas.

O casal é bem jovem, ela tem 23 anos e ele está com 33 anos. Quando perguntada a razão de ela não trabalhar, a entrevistada 4 ficou ansiosa e disse: “Eu não tenho como trabalhar, preciso muito cuidar dele, ele não consegue se virar sozinho pra nada (Entrevistada 4)”. Esta resposta não me pareceu correta, visto que ele sai sozinho para vender bala nos sinaleiros e nas ruas. Mas como a pesquisa foi realizada em apenas um dia, não foi possível acompanhar mais de perto esse aspecto.

A aplicação do questionário foi difícil pelo fato de as entrevistadas confundirem as perguntas e responderem de forma parecida questões diferentes. Quando questionadas se o programa ajuda na manutenção da família, se dá para comprar o que precisa, elas disseram já terem respondido esta questão. Mas o foco da primeira pergunta era “o que representa o BF em sua vida”, e da terceira pergunta se o programa ajuda efetivamente a comprar o que precisa. “Eu já respondi esta pergunta, já te falei que compro iogurte, bolacha e outras coisas que o meu menino precisa” (Entrevistada 2).

Em síntese, ressaltaram que o valor do BF “ajuda”, mas que é relativamente baixo e quase não dá para comprar o que desejam. A entrevistada 1, que relatou seu tratamento de depressão, fez várias ponderações sobre o valor que recebe do BF, que é a quantia de R\$150,00. Ela fez questão de mostrar as receitas que recebeu de seu médico, pareceu que queria comprovar que o valor não era o suficiente para a compra dos medicamentos.

Durante a conversa, a entrevistada 1 acabou confessando que utiliza o valor que recebe do BF para pagar seu INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), pois tem medo de não receber a aposentadoria. Percebe-se que esta entrevistada, que está com 58 anos, tem receio de chegar à idade da aposentadoria e não conseguir receber por não ter contribuído. Isso explica por que usa o valor que recebe do BF para o pagamento do INSS.

RBTS - Itajaí - v.5 - n.2 - 2018



Essa entrevistada me pareceu ser uma pessoa bem humilde e receptiva. Logo que cheguei a sua casa já me ofereceu água, café e salgadinhos. Ela vende coxinhas para obter uma renda extra. Essa atividade lhe traz realmente um bom retorno, que, em conjunto com o valor do BF, complementa sua renda. Quando questionada sobre o que conseguia comprar com o valor do BF, a entrevistada 1, assim como a entrevistada 4, se mostraram bem preocupadas com a aparência e disseram:

Eu gosto de me vestir bem, vou sempre ao salão pintar o cabelo, Deus o livre de parecer o branco, é feio né...todo mundo percebe. Vou aqui pertinho no salão, logo ali embaixo. É amiga da minha filha, a minha filha até está lá agora. Ela faz meu cabelo e pinta a minha unha. A gente é velha mais tem que ficar bonita né. Eu gosto de comprar essas bijuterias também, adoro pulseiras (Entrevistada 1).

Eu compro roupas pra mim, gosto de comprar blusinha, calça jeans, sandália. Eu não saio malvestida. Quando recebo e vejo que sobra um pouquinho, quando não tem que comprar alguma coisa pra ele, eu vou na loja e compro pra mim. Eu conheço a dona da loja é aqui pertinho, ela divide pra mim em vezes daí fica mais fácil comprar. Eu sou nova ainda, acho que tenho que me arrumar, senão fica parecendo velha. As vezes quando ele precisa, eu vou lá e trago uma bermuda, uma camisa ou vejo algum presentinho. Mas ele nem merece guria, é um traste! Ficou meio doido depois do acidente, que bateu a cabeça forte. Quando ele acorda virado me xinga de tudo, não sei como é que eu aguento. Ele sai berrando pela rua, me chama de puta e tudo. Só aguento porque estamos há 11 anos juntos mesmo. Senão largava esse traste aí (Entrevistada 4).

A entrevistada 5 não se preocupa muito com beleza, mas pensa muito nos filhos, então dedica o valor do BF para compra do que as crianças precisam.

A minha menina de 12 é a coisa mais linda, veja as fotos dela (me mostrou várias fotos). A gente que é mãe acha a coisa mais linda né, tudo que faz é lindo. Ela está me pedindo esse bendito celular, então eu vou dar de natal pra ela. Vou guardar dinheiro, um pouquinho todo mês e compro no final do ano. Mas isso só se ela passar direto, porque é uma preguiça pra ir pra escola que só vendo! (Entrevistada 5).

As outras duas entrevistadas não quiseram responder a questão, pois acreditavam já terem respondido na primeira pergunta “O que representa o BF na sua vida?”. Elas falaram várias vezes sobre “compras”, confundindo-se com a questão 1, que foi sobre a representatividade do programa em suas vidas. Mas focando na manutenção do lar e nas compras, ficou claro que o valor é gasto de acordo com as seguintes prioridades: 1º lugar: comprar material escolar para os filhos; 2º lugar: pagar contas da casa (aluguel, luz, IPTU, crédito do celular); 3º lugar: passe de ônibus; 4º lugar: roupas e calçados para as crianças, 5º lugar: cuidados e beleza para as beneficiárias.

Quanto à Questão 4, que trata do perfil das beneficiárias, acredita-se ter discutido e apresentado no início desse item. Por isso, passa-se à próxima questão, que trata sobre as condicionalidades do programa, ou seja, os requisitos do governo federal para uma pessoa receber o benefício do BF. Quando questionadas sobre o cumprimento das normas, as entrevistadas mostraram-se entendidas no assunto:



Quando me cadastrei no Bolsa Família tive que fazer um curso. Eles chamam a gente lá pra explicar tudo. Me disseram que se tivesse filhos ou netos teria que seguir uma série de condições. Mas como sou só eu, não preciso seguir (Entrevistada 1).

Eu faço tudo certinho, faço o Lucas cumprir direitinho todas as condicionalidades. Ele faz birra. Antes ele ia de manhã, mas faltava demais, demais. Aí passei pra tarde. Ele é muito difícil de acordar cedo. Eu pago pra minha mãe cuidar dele quando preciso sair, mas pra ele ir para escola eu digo que ele vai ganhar um presente, ou eu digo que ele vai reprovar daí ele fica com medo e vai (Entrevistada 3).

As crianças estão todas matriculadas na escola, mas ainda não começaram a me pagar por elas. As duas meninas vão regularmente, uma estuda de manhã e outra de tarde. Eu e a minha cunhada não deixamos elas faltarem, todo dia alguém leva e o outro busca no final da aula. Elas estão gostando e se adaptando ainda. As professoras não falam espanhol então fica difícil para as meninas entenderem por enquanto. A minha mais nova já está falando melhor que eu o português. Tudo porque elas aprendem na escola. Já fiz a carteirinha delas no SUS, pra vacinar e controlar o peso, como me pediram. Cada recadastrado tem que apresentar os dados das meninas, me disseram! O meu menino já é grande então ele não participa mais dessas regras. Eu quero por ele pra estudar no CEDUP (Centro de Educação Profissional), mas é caro! A mensalidade é de R\$140,00 e hoje não dá pra pagar. Mas estou correndo atrás pra ver se consigo uma bolsa de estudos. O menino tem que se dedicar e se formar pra ter um bom futuro (Entrevistada 3).

Eu não sigo nenhuma condição, mas sei que tem que seguir, porque quando a gente se cadastrou chamaram a gente lá pra passar todas as informações. Eu não tenho filho, nem sobrinho pequeno então por enquanto não temos que seguir nada. Só ele que precisa apresentar os exames periódicos pra continuar ganhando essa bolsa pela doença dele, eu tenho a papelada dele tudo guardada, se pedirem tá aqui! Mas nunca pediram no CRAS. Acho que não interessa pra eles! (Entrevistada 4).

Os meus andam tudo na linha, pra gente controlar tem que ficar em cima. Eu levo todo dia na aula e busco todo dia. É bem tranquilo aqui e não tem perigo, mas eu quero ver se entraram mesmo dentro da escola. Porque essa gurizada são perigosos hoje em dia. Eles enganam a gente, e não vão pra aula! Os meus eu levo, vejo entrando e depois busco e vejo saindo da escola. A escola é aqui em cima, bem pertinho. Quanto ao controle do SUS, os meus gêmeos como nasceram com pouco peso, tive que controlar até 4 anos de idade o peso e a saúde, porque pegaram de tudo, foi catapora, caxumba...dava pena! Mas depois também ficaram fortes e agora tão aí bem fortes! A menina mais velha de 12 anos não incomodou, a saúde dela sempre foi boa, fiz todas as vacinas que pediram, acompanhei o peso e tudo mais. Nunca tive problemas com as condições. Dou uma coça se não quiserem ir na aula, daí eles obedecem (Entrevistada 5).

Quanto às condicionalidades, entende-se que as entrevistadas seguem corretamente, não somente pelo medo de perder a bolsa, mas por compreenderem, aparentemente, que as crianças precisam estar na escola para ter um futuro mais promissor. Apesar de nem todas as entrevistadas possuem a visão de que as crianças precisam estudar, elas seguem corretamente o que é pedido **pelo governo**.

A entrevistada 5 segue de forma correta todas as condicionalidades, mas deixou claro durante a entrevista que não irá “sustentar marmanjão”, conforme colocação da entrevistada:

RBTS - Itajaí - v.5 - n.2 - 2018



Eu cuido e faço de tudo por eles, mas não vou sustentar marmanjo não, fez 15 anos já pode procurar um trabalho e se coçar, porque eu não tenho condições de dar as coisas, e com certeza vão começar a pedir celular, tênis... essas coisas. Eu até queria poder pagar um curso, mas agora, a gente vive com pouco, não tenho como investir nisso (Entrevistada 5).

O depoimento anterior reafirma o que foi dito pelas outras entrevistadas, quando os filhos crescerem, precisam trabalhar para ajudar em casa. Cada uma reproduziu a ideia dentro do seu contexto, porém se percebe um ponto de proximidade entre os seus pensamentos quando explicam a sua visão sobre “futuro x trabalho”. Para elas, o futuro é incerto, não há uma perspectiva exata, muito menos existe algum planejamento para mudar o rumo. Mas quando entra a palavra “trabalho”, quase como unanimidade, respondem: “tem que ser honesto, trabalhar... ganhar o que der e ajudar em casa” (Entrevistada 5).

Após finalizar a conversa sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família, as entrevistadas responderam outra indagação: “O que elas mudariam hoje no Programa Bolsa Família”? Esta questão caiu como uma bomba em seus ouvidos. Elas sugeriram várias ideias imediatamente, com uma criatividade intensa, a partir das suas próprias experiências. Mas o que chamou atenção é que não pensaram somente em si, tinham ideias para melhorar o BF para todas as pessoas que passam pela mesma situação:

Eu vou te falar uma lista de coisas se me deixar, porque acho que poderiam dar mais ajuda médica pra gente, eu queria que tivesse psiquiatra pra conversar comigo toda semana”. Acho que poderiam chamar mais a gente lá pra conversar, porque eu nem sei quando mudam as coisas. Tem que ter um valor maior pra alimentação, e um pra gente poder pagar as contas da casa, o Bolsa Família deveria ser só pra gente, e não pra pagar tudo! Eu acho que poderia melhorar o atendimento da Assistente Social, e colocarem pessoal mais habilitado também. Tinha que ter um médico no CRAS pra gente ir lá conversar e já poder consultar, e aí teria amostra grátis dos remédios, e eu não precisaria comprar. Acho que outras pessoas gostariam dessa mudança (Entrevistada 1).

Se eu pudesse melhorar o programa, aumentaria o valor para que melhorasse a vida da gente. Acho que poderiam dar cursos diferentes pra gente, não só de *patchwork*. Os Haitianos ganham um monte de cursos, porque que eu não posso frequentar também? Eu acho que seria bom se a gente tivesse psicólogo para as crianças. Cada vez que tem que avaliar o Lucas, preciso marcar pelo SUS e a fila demora 2 meses. Outra coisa boa seria se eles tivessem um advogado pra ajudar a orientar, porque cada vez que tem que procurar um, precisa ter uma grana preta pra pagar! (Entrevistada 2).

Eu mudaria a forma de receber os estrangeiros, porque não avisam que demora tanto a sair a nossa documentação temporária, e eles nem sabiam me orientar onde eu deveria ir pra fazer. Tive que buscar por conta própria, descobri que é em Itajaí que se tira a identidade temporária. Fui lá no CRAS pedir um carro, ou passagem para ir em Itajaí tirar a minha identidade temporária e nem isso tinha para me ceder. Eu achei bem precário, pode ser melhorado em várias coisas, por exemplo, eu preciso aprender a falar corretamente o português, mas não deixaram eu me matricular com os Haitianos. O valor também que recebo é baixo, acredito que deveria ser igual a um salário mínimo. Esse não é o valor base do país? Não entendo porque todos não recebem pelo menos isso! (Entrevistada 3).



Eu melhoraria o valor, porque está muito baixo e não dá pra fazer nada das coisas que a gente precisa. As coisas dele tem que fazer tudo pelo SUS, qualquer dia as mãos dele vão atrofiar de vez de tanto esperar um médico pelo SUS. Ele já está 6 meses na fila esperando um especialista. Se a quantia fosse maior (Entrevistada 4).

Se eu pudesse mudar alguma coisa, eu aumentaria o valor nosso aqui, porque fiquei sabendo que no Nordeste uma mãe com filho, assim que nem eu, ganha R\$400,00, e eu aqui só ganho R\$150,00. Eu sou honesta e trabalho pra complementar a renda, porque não dá de viver só com esse valor. Agora eles lá são vadio e ainda ganham mais do que a gente, tem alguma coisa de errado. É essa cambada de políticos que são culpados. Dão mais lá pra ganhar votos. E a gente aqui fica com o resto do valor que sobra. Eu mudaria os políticos que cuidam do Bolsa Família e mudar o valor, colocava o dobro pelo menos. Como alguém consegue viver com esse valor tendo 3 crianças? (Entrevistada 5).

Observa-se que todas as entrevistadas gostariam, acima de tudo, aumentar o valor pago pelo Governo Federal. A entrevistada 5 fez uma menção sobre o valor baixo, culpando os políticos. Mas o que se percebe é que elas enxergam o programa de forma incorreta. Entretanto, demonstram vontade de realizar mudanças, caso fosse possível. Essa atitude revela que consideram importante o Programa Bolsa Família.

Partindo para a próxima pergunta, questiona-se o que mudou na sua família com a utilização do programa. Este questionamento também causou dúvida nas entrevistadas, que disseram já haver respondido a questão. Houve uma confusão entre esta questão e a questão 3, que se tratava da mudança que o Bolsa Família trouxe para suas famílias. As entrevistadas foram um tanto repetitivas em suas respostas. As entrevistadas 1 e 3 ficaram um tanto dispersas e começaram a contar outros fatos de suas vidas que não pertenciam à pesquisa. Elas focaram em assuntos aleatórios, como atividades dos filhos e consultas médicas pessoais.

Neste ponto da entrevista, em que elas ficaram um pouco dispersas, começaram a questionar sobre a vida da entrevistadora e, com curiosidade, o porquê da realização deste tipo de pesquisa. Houve grande compaixão. Neste momento, da questão 6, a entrevistada 4 falou:

Eu nem ia receber você, acreditava que fosse mais uma assistente social querendo avaliar minha casa pra tirar o meu Bolsa Família. Mas agora que te conheci vi que você é legal e até está me ajudando. Quer tomar um suco? (Entrevistada 4).

Houve um envolvimento em cada conversa, provando de tudo que era oferecido à entrevistadora, e foram oferecidos salgadinhos, suco, café, etc. Após essa participação, abria-se um novo nível de proximidade, em que elas se interessavam mais pelas perguntas e pela sua própria contribuição. As crianças foram extremamente receptivas e, devido a esta receptividade, ganhou-se a confiança das mães. Na casa da entrevistada 3, a filha de quatro anos permaneceu quase toda a entrevista sentada no colo da entrevistadora. Ela disse:

Me desculpa moça, ela geralmente não é assim mas parece que gostou de você. Ela não fala português direito ainda, mas entende tudo que falamos. Na escola ela é grudada com a tia, é um grude essa menina. Você tem filhos? (Entrevistada 3).

A próxima questão foi complicada de fazer, pois poderia parecer arrogante. Deveria ser uma pergunta como as outras, em que a chefe da família beneficiária relata quanto tempo tem de cadastro e até quando pretende continuar cadastrada. As entrevistadas pensaram bastante antes de responder essa questão. Mas pareceram bem otimistas quanto a encontrar um futuro profissional e deixar o programa em breve.



Eu acho que ficarei cadastrada até arrumar um emprego. Preciso arrumar um emprego para conseguir pagar meu INSS e para pagar as contas da casa. Só quando eu arrumar um emprego é que vou parar de receber o Bolsa Família. Eu quero trabalhar, pode ser de empregada, que eu faço bem, ou de cozinheira porque sou boa nisso! Estou procurando há algum tempo, mas as agências não chamam a gente. Acho que deve ser porque não terminei os estudos (Entrevistada 1).

Vou ficar cadastrada enquanto o Lucas precisar. Ele ainda é pequeno, e não é justo deixar de dar as coisas pro menino, então enquanto ele precisar eu vou ficar cadastrada. O pai dele não ajuda em nada. Eu já parcelei advogado, há três anos, mas nunca adiantou de nada, o menino não recebe pensão até hoje. Fui em três audiências nesse tempo, e o pai dele nunca apareceu. O advogado disse que não pode fazer nada. Eu procurei a polícia, mas me disseram que se o advogado quisesse já teria encontrado o pai do menino e cobrado a pensão. O advogado me pediu RG e CPF do pai do Lucas, mas eu não tenho. Fazer o que se ele deu no pé. Eu tinha 16 anos e ele 23, e eu não sabia que ele ia embora. Eu dei o endereço da mãe dele, mas o advogado disse que não adianta. A mãe dele mora na outra rua, aqui perto. Já mandaram o oficial de justiça lá, mas nunca encontram o pai do Lucas. A mãe dele escondo ele pro oficial de justiça não pegar. E como o oficial de justiça não tem mandato pra entrar na casa, ele tem que ir embora e não convoca o pai do Lucas pra audiência. No começo quando o Lucas era bebê, ela vinha aqui ver o menino. Isso ocorreu até quando ele tinha um ano. Mas depois nunca mais veio. Depois que ela soube que eu coloquei o pai dele na justiça pra cobrar a pensão ela nunca mais veio, porque acha que sou ruim. Que eu não tinha o direito de fazer isso, de colocar o filho dela na justiça. A mãe dele veio falar com a minha mãe e disse: manda tua filha trabalhar, que o meu filho não vai sustentar ela! Já fui na FURB pedir ajuda dos advogados gratuitos, mas nunca adiantou (Entrevistada 2).

Acho que vou ficar cadastrada até a minha documentação sair, ou a documentação do meu marido e dos meus filhos. Depois acho que vai ser fácil trabalhar, pois sou formada e meu marido também, então acredito que vamos arrumar um trabalho e conseguiremos ganhar um dinheiro para sustentar a todos (Entrevistada 3).

Eu não sei, porque meu marido tem problema, então enquanto ele é assim não posso sair. Vou precisar desse dinheiro pra ajudar nas contas de casa sempre. Me disseram que talvez tenha como aposentar ele por invalidez. Se a gente conseguir, daí fica mais fácil, e eu consigo sair porque teremos uma renda (Entrevistada 4).

Ish, eu já sou cadastrada há quase dez anos, e acho que vai demorar pra sair, porque eu tenho as crianças. Meus filhos precisam desse valor. É com ele que eu compro as coisas que eles precisam roupas, calçados, etc. De vez em quando, eles pedem pra mim: Mãe leva a gente no MC Donalds? E aí o que eu faço né? Eu guardo dinheiro pra dar as coisas que as crianças querem (Entrevistada 5).

As entrevistadas já procuraram trabalho, são cadastradas nas agências de emprego, mas encontram dificuldades por não terem diploma do Ensino Fundamental e Médio. Elas entendem essa questão e buscam no Bolsa Família uma forma de melhorar a condição de vida, deixando os filhos mais confortáveis em suas jornadas. As mães buscam oferecer uma vida saudável para seus filhos, para que não sejam excluídos socialmente.



As entrevistadas relataram seu dia a dia, abrindo sua vida para esta pesquisadora. Frequentam igrejas, comunidades de mães nos seus bairros, possuem grupos de amigos e família. A respeito disso, Hall (2014) conceitua muito bem a noção de identidade e faz um paralelo com a concepção de identidade sociológica.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós” contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2014).

As mulheres entrevistadas são ativas socialmente nas redes sociais e se comunicam com seus grupos. São participativas, têm opiniões próprias e conteúdo. Todas possuem celulares e utilizam a internet por meio de dados móveis. A única entrevistada que possuía rede WI-FI em casa foi a de número 3. Quando questionada sobre a utilização de internet paga, em casa, ela respondeu:

As crianças precisam da internet, e meu filho está estudando, se ele não tiver internet vai pesquisar como? Porque na escola eles não liberam pra eles ficarem pesquisando, então tem que fazer em casa. Eu uso também. Aliás, todo mundo usa aqui em casa. Eu pago R\$ 96,00 de internet da GVT todo mês, mas vejo que é um bom investimento (Entrevistada 3).

Os motivos para o recebimento do BF são vários, pode ser por desemprego, por doença, por desastre natural. Enfim, o objetivo aqui foi reforçar a elas que, assim que conseguirem uma colocação no mercado de trabalho, sua situação financeira muda para melhor, por isso o ideal é deixar de utilizar o Bolsa Família.

Em relação à recepção das entrevistadas, pode-se dizer que foram extremamente amorosas e delicadas, dando abraços apertados. Elas têm uma humildade tamanha que impressiona a quem se aproxima.

Apesar disso, percebe-se ao longo das visitas de pesquisa que elas têm grande facilidade em reparar, mas demonstram um pouco de egoísmo quanto aos produtos de primeira necessidade: roupas, calçados, alimentos e habitação. Se encontrarem alguém mais necessitado, ajudam. A entrevistada 3 mora numa casa de apenas três cômodos, com 6 familiares. Sua casa ainda está no tijolo com reboco, o que traz uma visão distorcida para quem vê de fora. Porém, recebeu de braços abertos, entendeu a pesquisa, devido ao seu alto grau de instrução e foi muito receptiva. Todos naquela residência também levaram a pensar: onde vivem essas pessoas? Por que não se tem acesso a elas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A visão delas é pautada no que acontece hoje, no que conseguem comprar com o valor que recebem no presente, seja pela necessidade ou pelo desejo. São influenciadas diretamente pela sociedade e pela mídia, pois demonstraram desejos por produtos que aparecem com grande frequência na TV aberta. Cada uma mostrou que dedica o valor que recebe do BF ao que mais precisa no momento, seja na compra de remédios, material escolar, celular ou até mesmo pagar a Previdência Social. Portanto, vivendo de forma simples, as entrevistadas não deixam de consumir o que é despertado pelo seu desejo.

As mulheres ouvidas revelaram a vontade de comprar uma residência própria, inclusive mostrando o documento de inscrição no programa Minha Casa Minha Vida. O desejo de uma moradia é evidente. Elas anseiam e sonham com sua casa própria, pelo fato de não terem como pagar o aluguel.

Um aspecto importante a dizer é que essa lógica de responsabilizar a sociedade pela condição que as entrevistadas têm no momento não está correta. Percebe-se que cada ambiente familiar vive um momento diferente, e as escolhas que cada uma delas fez com que tivessem a vida tem hoje.

Com as entrevistas, percebe-se que na cidade de Blumenau existem lugares “marginalizados” naturalmente habitados por pessoas pobres e que dificilmente são visitados por pessoas que têm mais recursos. As mulheres entrevistadas mostraram-se conscientes disso, mas não se abalaram, nem se mostraram conformadas, pois se sentem inseridas socialmente e acreditam que não dependem de grupos de condição avantajada para sobreviver.

A aplicação do Programa BF fez grandes transformações e melhorou a vida de muitos indivíduos, que antes eram marginalizados e não tinham saída para a sua situação. O programa dá perspectiva de futuro aos beneficiários e traz uma melhora visível na vida deles e que, durante a sua utilização, podem encontrar uma profissão ou estudar. Cada beneficiária entrevistada em Blumenau enxerga a sua situação de forma diferente, mas o importante é a compreensão do todo que elas têm. Acreditam, por exemplo, que sua vida pode melhorar ainda mais e que o Bolsa Família está contribuindo para isso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010.**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia para o Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/226632698/Guia-Para-Acompanhamento-Das-Condicionalidades-Do-Programa-Bolsa-Familia>>. Acesso em: 28 ago. 2018.**

BENKO, G. **A Ciência Regional. Porto Alegre: Oeiras, 1999.**



GARCIA, R. C. Iniquidade Social no Brasil: Uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento. 2003. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0971.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

GRYNSPAN, R. Desenvolvimento, crescimento e superação da pobreza: desafios impostos pela crise internacional. In: COELHO, M. F. P.; TAPAJÓS, L. M. de S.; RODRIGUES, M. (Org). Políticas Sociais para o Desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2010, 27-48p.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, mar./abr. 1995.

HALL, S. Identidade e Cultural na Pós-modernidade. São Paulo: Lamparina, 2014.

KARSAKLIAN, E. Comportamento do Consumidor. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LANGONI, C. G. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. São Paulo: FGV, 2005.

MAMIGONIAN, A. Periferia capitalista: metrópoles e equipamentos coletivos. São Paulo: IGDG/USP, 1965.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE. Santa Catarina em Números. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Nacional, 1977.